

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO
PIRACICABA - CISMEPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PIRACICABA -
CISMEPI

REGULAMENTO DA LEI 14.133/2021 PARA ATENDIMENTO DAS
ROTINAS ADMINISTRATIVAS DO CISMEPI POR RESOLUÇÃO PARA A
LEI 14.133 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO
PIRACICABA - CISMEPI.

REGULAMENTO DA LEI 14.133/2021 PARA ATENDIMENTO DAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS DO CISMEPI POR RESOLUÇÃO PARA A LEI 14.133 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PIRACICABA - CISMEPI. Publicação extrato resumido da consolidação das Resoluções 005/2023 á 024/2023. O CISMEPI faz tornar público que em 21 de dezembro de 2023 a assembleia geral do CISMEPI aprovou, por quórum qualificado, as Resoluções acima citadas, documento de constituição do consórcio CISMEPI, que é formado pelos Municípios consorciados: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE MINAS, CNPJ nº 18.311.043/0001-53; MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS, CNPJ nº 01.612.370/0001-42; MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADÉ, CNPJ nº 18.401059/0001-57; MUNICÍPIO DE NOVA ERA, CNPJ nº 16.819.831/0001-20, MUNICÍPIO DE RIO PIRACICABA, CNPJ nº 18.400.945/0001-66; MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA, CNPJ nº 18.401.018/0001-60. A íntegra das Resoluções 005/2023 á 024/2023 do CISMEPI, se encontram disponível na sede do CISMEPI, no endereço sito à Rua Santa Lúcia, 291, bairro Aclimação, João Monlevade, Estado de Minas Gerais. e/ou em sítio da rede mundial de computadores (internet) no endereço eletrônico www.cismepi.mg.gov.br . João Monlevade, 28 de dezembro de 2023.

RESOLUÇÃO 05

"Regulamenta a aplicação da fase preparatória e as modalidades de pregão e concorrência públicas nos processos de licitação promovidos sob a égide da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Consórcio CISMEPI."Art. 1º Esta Resolução regulamenta a aplicação da fase preparatória dos processos de licitação realizados nos termos da Lei nº 14.133/2021.

RESOLUÇÃO 06

Regulamenta a formalização de plano de contratações anual no âmbito do Consórcio CISMEPI e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução regulamenta a elaboração do plano de contratações anual – PCA no âmbito do Consórcio CISMEPI na forma prevista pelo art. 12, inciso VII da Lei nº 14.133/2021

RESOLUÇÃO 07

Regulamenta a elaboração do estudo técnico preliminar, anteprojeto, projeto básico, projeto executivo e termo de referência no âmbito do Consórcio CISMEPI e dá outras providências.Art. 1º Este regulamento dispõe sobre as normas de elaboração do estudo técnico preliminar, termo de referência, anteprojeto, projeto básico, projeto executivo e requisição

RESOLUÇÃO 08

Regulamenta o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços de referência que irão embasar as contratações, alterações ou prorrogações contratuais para aquisição de bens, prestação de serviços comuns, obras e serviços de engenharia, no âmbito do Consórcio CISMEPI na forma que especifica.Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o procedimento administrativo

para a realização de pesquisa de preços de referência que irão embasar as contratações, alterações ou prorrogações contratuais para aquisição de bens, prestação de serviços comuns, obras e serviços de engenharia, no âmbito do Consórcio CISMEPI.

RESOLUÇÃO 09

Regulamenta o enquadramento dos bens consumo para os fins do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Consórcio CISMEPI e dá outras providências. Art. 1º Esta norma regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas e órgãos do Consórcio nas categorias de qualidade comum e de luxo. Parágrafo único. As contratações realizadas pelo Consórcio que sejam custeadas, no todo ou em parte, com recursos oriundos de transferências voluntárias da União observarão, quanto ao enquadramento dos bens de consumo, o disposto no Decreto nº 10.818 de 27 de setembro de 2021

RESOLUÇÃO 10

Regulamenta a gestão e a fiscalização e contratos administrativos no âmbito do Consórcio CISMEPI e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução estabelece normas, procedimentos atinentes a realização da gestão e da fiscalização de contratos administrativos formalizados no âmbito das seguintes leis: I – Lei nº 8.666/1993; II – Lei nº 10.520/2002; III – Lei nº 14.133/2021

RESOLUÇÃO 11

Dispõe sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação, nas áreas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Consórcio CISMEPI e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução estabelece regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação nas áreas de que trata a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Consórcio CISMEPI.

RESOLUÇÃO 12

Regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do CISMEPI e dá outras providências. "O Presidente do Consórcio CISMEPI, no exercício das atribuições legais que lhe confere o contrato de consórcio do CISMEPI, em cumprimento a deliberação da Assembleia Geral, faz expedir a presente resolução: Art. 1º Esta Resolução regulamenta a Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Consórcio CISMEPI.

RESOLUÇÃO 13

Regulamenta a aplicação do art. 181 da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do CISMEPI referente à Central de Compras do Consórcio e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução regulamenta a Central de Compras no âmbito do Consórcio CISMEPI na forma prevista pelo art. 181, *caput* e parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

RESOLUÇÃO 14

Regulamenta a aplicação do inciso II do *caput* do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 no âmbito das licitações e contratações públicas promovidas pelo CISMEPI e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução regulamenta a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte em processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços

RESOLUÇÃO 15

Regulamenta a aplicação do art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006 no âmbito das licitações e contratações públicas promovidas pelo CISMEPI e dá outras providências

Art. 1º Esta Resolução regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado destinado a microempresas e

empresas de pequeno porte mediante a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional em processos licitatórios destinados à contratação de obras, serviços e aquisição de bens de consumo e/ou duráveis.

RESOLUÇÃO 16

Regulamenta a apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrente da realização de licitações e execução de contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021 no âmbito do CISMEPI e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução regulamenta o processo de apuração de infrações e a aplicação de penalidades decorrentes da realização de licitações e da execução de contratos, ambos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

RESOLUÇÃO 17

Regulamenta os recebimentos provisório e definitivo de objetos de contrato formalizados pelo CISMEPI regidos pela Lei nº 14.133/2021, dispõe sobre procedimentos de pagamentos e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução regulamenta os prazos e métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo de objetos de contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021 formalizados pelo CISMEPI.

RESOLUÇÃO 18

Regulamenta a formalização, alteração e a extinção dos contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021 no âmbito do CISMEPI e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução regulamenta o processo de formalização, alteração e extinção dos contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021

RESOLUÇÃO 19

Regulamenta a execução de licitações nas modalidades pregão e concorrência no âmbito do CISMEPI e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução regulamenta o procedimento operacional de realização de licitação pública nas modalidades de pregão e concorrência previstos, respectivamente, nos incisos I e II do *caput* do art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

RESOLUÇÃO 20

Regulamenta a modalidade de licitação leilão, prevista no art. 31 da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do CISMEPI e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução regulamenta o procedimento operacional de realização de licitação pública na modalidade leilão em cumprimento a determinação contida na parte final do *caput* do art. 31 da Lei nº 14.133

RESOLUÇÃO 21

Regulamenta o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços previsto no art. 78, *caput*, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do CISMEPI e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução regulamenta o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços, ou simplesmente SRP, no âmbito do Consórcio CISMEPI em cumprimento a determinação contida nos §§5º e 6º do art. 82 e *caput* do art. 86 da Lei nº 14.133

RESOLUÇÃO 22

Regulamenta o procedimento auxiliar de credenciamento previsto no art. 78, *caput*, inciso I da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do CISMEPI e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução regulamenta o procedimento auxiliar de credenciamento no âmbito do Consórcio CISMEPI em cumprimento a determinação contida no parágrafo único do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º O disposto neste regulamento abrange exclusivamente: I – O Consórcio CISMEPI, incluídos: Os órgãos internos permanentes; Os programas instituídos por deliberação da assembleia; Os contratos de programas, parcerias e outros ajustes firmados pelo CISMEPI; II – Todos os Entes Públicos consorciados ao CISMEPI que sejam destinatários diretos ou indiretos dos objetos dos credenciamentos a serem formalizados na forma deste regulamento.

RESOLUÇÃO 23

Regulamenta o procedimento de contratação direta por inviabilidade de competição fundamentada no art. 74 da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do CISMEPI e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução regulamenta as contratações diretas por inviabilidade de competição previstas no art. 74 da Lei nº 14.133/2021

RESOLUÇÃO 24

INSTRUÇÃO NORMATIVA

Regulamenta a dispensa eletrônica prevista no art. 15 o procedimento de contratação direta por dispensa de licitação fundamentada no art. 75 da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do CISMEPI e dá outras providências. Art. 1º Esta Resolução regulamenta as contratações diretas por dispensa previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021. §1º O disposto nesta Resolução abrange exclusivamente os órgãos do Consórcio CISMEPI, não incluídos os Entes Públicos consorciados. §2º Na aplicação desta Resolução, serão observados os princípios e normas do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 que dispõe sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Publicado por:

Elaine Cristina Barros Caldeira

Código Identificador:EEB992E4

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 02/01/2024. Edição 3674

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>